

## DIREITO ELEITORAL

### ALISTAMENTO ELEITORAL E RESOLUÇÃO 21.538/2003

PROF. RAPHAEL MAIA

---

**1 (VUNESP Órgão: TJ-RJ Prova: Juiz Substituto/2014) Assinale a alternativa correta.**

- a) A capacidade eleitoral ativa consiste nos direitos políticos do cidadão de votar e ser votado.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais detêm atribuição para responder consultas eleitorais, desde que elaboradas por autoridade pública, candidato ou partido político, e de questões em tese.
- c) A competência para que dois partidos discutam determinada pretensão na via judicial é exclusiva da Justiça Eleitoral pela natureza da causa.
- d) São aplicáveis aos indígenas integrados, reconhecidos nos termos da legislação especial, as exigências impostas para o alistamento eleitoral.

**2 (CESPE Órgão: Câmara dos Deputados Prova: Analista Legislativo/2014) Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos políticos.**

**O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os indivíduos na faixa etária dos dezoito aos sessenta anos e facultativos para os indivíduos analfabetos, os que tenham mais de sessenta anos de idade e os que tenham entre dezesseis e dezoito anos de idade.**

- a) Certo
- b) Errado

**3 (VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: Juiz/20014) Podem alistar-se como eleitores,**

- a) os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
- b) os brasileiros residentes em Portugal que ali gozam dos direitos políticos do Estado onde residem.
- c) os militares de carreira.
- d) os estrangeiros, com residência no país.

**4 (UFPR Órgão: TJ-PR Prova: Juiz/2013) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.

b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período de serviço militar obrigatório, os conscritos.

c) São condições de elegibilidade na forma da lei a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária; idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República, Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador dos Estados e do Distrito Federal; vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz; dezoito anos para vereador.

d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

**5 (CESPE Órgão: TRE-MS Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2013) À luz da legislação de regência e da Resolução/TSE/21.538/2003, assinale a opção correta no que se refere a alistamento eleitoral.**

a) A segunda via do título de eleitor deve ser solicitada até trinta dias antes da eleição, podendo ser entregue ao solicitante até dez dias antes do pleito.

b) O despacho de pedido de inscrição eleitoral, transferência ou segunda via proferido pelo juiz eleitoral após o prazo legal estabelecido é crime para o qual é prevista pena de reclusão e multa.

c) A exclusão de eleitor não pode ser promovida de ofício pelo magistrado.

d) No caso de exclusão de eleitor, a defesa deve ser feita por advogado constituído.

e) Os requerimentos de inscrição eleitoral ou de transferência do título de eleitor só podem ser recebidos até cem dias antes da data da eleição.

**6 (CESPE Órgão: TRE-MS Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2013) Com base na Resolução do TSE n.º 21.538/2003, assinale a opção correta a respeito da transferência do eleitor.**

a) A transferência do eleitor independe de estar ele quite com a justiça eleitoral.

b) O despacho que indefere o pedido de transferência do eleitor é irrecorrível.

c) O pedido de transferência do eleitor é feito no cartório de seu antigo domicílio eleitoral, a quem cabe oficiar ao cartório do domicílio atual do eleitor para que se efetive a transferência requerida.

d) Para a transferência do eleitor, exige-se que ele resida há pelo menos três meses no novo domicílio, fato declarado, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

e) A transferência do eleitor será admitida até três vezes em um mesmo ano.

**7 (CESPE Órgão: TRE-MS Prova: Técnico Judiciário - Programação de Sistemas/2013) Com base na Resolução do TSE n.º 21.538/2003 e na legislação eleitoral pertinente, assinale a opção correta.**

- a) O pedido de justificação do eleitor que deixar de votar pode ser formulado na zona eleitoral em que ele se encontrar, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.
- b) Um cidadão que tiver sido alfabetizado aos trinta anos de idade poderá requerer seu alistamento eleitoral, desde que pague multa, no ato da inscrição, imposta pelo juiz eleitoral em razão de seu alistamento tardio.
- c) As informações constantes do cadastro eleitoral são sigilosas, não podendo ser acessadas por instituições públicas ou privadas.
- d) Toda e qualquer fraude, mesmo em proporção insignificante, acarreta a necessária revisão do eleitorado pela respectiva junta eleitoral.
- e) A revisão do eleitorado de zona eleitoral é presidida por ministro do TSE, em caráter interventivo.

**8 (CESPE Órgão: TRE-MS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2013) Com relação a alistamento eleitoral, assinale a opção correta.**

- a) Proíbe-se o alistamento de menor que não tenha dezesseis anos de idade completos na data de requerimento de inscrição eleitoral.
- b) Ao brasileiro nato que deixar de se alistar até os dezenove anos de idade ou de requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo quinquagésimo primeiro dia anterior à eleição subsequente à data em que completar dezenove anos de idade será aplicada multa, cobrada no momento da entrega do título eleitoral.
- c) Para efeito de transferência de domicílio eleitoral do eleitor, a residência mínima de três meses no novo domicílio eleitoral deve ser cabalmente comprovada pelo interessado por meio de comprovante de residência.
- d) No caso de dilaceração de título eleitoral, o requerimento da segunda via deverá ser instruído com o título danificado.
- e) Cabe ao alistando preencher o requerimento de alistamento eleitoral no cartório eleitoral ou no posto de alistamento, e ao servidor da justiça eleitoral apenas digitar posteriormente esse requerimento.

**9 (CESPE Órgão: TRE-MS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2013) Assinale a opção correta acerca de restabelecimento de inscrição cancelada por equívoco, formulário de atualização da situação do eleitor, título eleitoral, acesso às informações constantes do cadastro e restrição de direitos políticos.**

- a) Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data da emissão do título será a do deferimento pelo juiz.
- b) Segundo a Resolução TSE n.º 21.538/2003, somente é admitido o restabelecimento, mediante comando de código específico, de inscrição cancelada em virtude de comando equivocado dos códigos atribuídos a falecimento, decisão judicial e revisão do eleitorado.
- c) Os juízes eleitorais podem, no âmbito de suas jurisdições, autorizar a divulgação a interessados de dados disponíveis em meio magnético sobre profissão e escolaridade dos eleitores, desde que sem ônus para a justiça eleitoral.
- d) A comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral da outorga a um brasileiro do gozo dos direitos políticos em Portugal impede a suspensão, para esse indivíduo, desses mesmos direitos no Brasil.

e A tabela de códigos para atualização da situação do eleitor é estabelecida pela presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

**10 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) No processo de exclusão de alistamento eleitoral, a defesa pode ser realizada pelo próprio interessado, por outro eleitor ou, ainda, por delegado de partido.**

- a) Certo
- b) Errado

**11 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Ressalvada a hipótese de falecimento, a partir da instauração do processo de exclusão, o eleitor, preventivamente, já não poderá votar. Busca-se, com isso, evitar que seja computado como válido voto passível de ser anulado posteriormente no caso de sentença final que determine a exclusão do referido eleitor.**

- a) Certo
- b) Errado

**12 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Com base na Resolução n.º 21.538/2003 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que dispõe sobre o alistamento e os serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros assuntos, julgue os itens a seguir.**

Apesar de prever que as informações constantes do cadastro eleitoral são acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, a norma garante a preservação de informações pessoais dos eleitores, como filiação e escolaridade, como forma de resguardar a privacidade dos cidadãos.

- a) Certo
- b) Errado

**13 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Do despacho que indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral não caberá recurso.**

- a) Certo
- b) Errado

**14 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Caso seja detectada a existência, nos registros de determinado tribunal regional eleitoral, de inscrição de um mesmo eleitor em mais de uma zona eleitoral sob sua jurisdição, o fato deverá ser comunicado ao juiz competente para que se proceda ao cancelamento de uma das inscrições.**

- a) Certo
- b) Errado

**15 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Cessada a causa do cancelamento, o eleitor estará automaticamente qualificado a votar.**

- a) Certo
- b) Errado

**16 (CESPE Órgão: TRE-RJ Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) O processo de cancelamento de alistamento eleitoral não pode ser iniciado de ofício por juiz eleitoral.**

- a) Certo
- b) Errado

**17 (FCC Órgão: TJ-GO Prova: Juiz/2012) Relativamente ao alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que**

- a) o alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.
- b) para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio aquela que coincida com o seu local de trabalho.
- c) o alistando apresentará em cartório ou local previamente designado, requerimento em fórmula que obedecerá ao modelo aprovado pelo Tribunal Superior.
- d) poderá o juiz se tiver dúvida quanto a identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, converter o julgamento em diligência para que o alistando esclareça ou complete a prova ou, se for necessário, compareça pessoalmente à sua presença.
- e) os cegos alfabetizados pelo sistema “Braille”, que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.

**18 (CESPE Órgão: TJ-CE Prova: Juiz/2012) Assinale a opção correta no que se refere a alistamento eleitoral, segunda via, transferência, delegados partidários perante o alistamento, cancelamento e exclusão de eleitor, revisão e correção eleitorais.**

- a) A suspensão de direitos políticos não acarreta cancelamento da inscrição de eleitor, enquanto a perda de tais direitos gera o cancelamento de sua inscrição.
- b) A revisão do eleitorado é ordenada por tribunal regional eleitoral quando, realizada correção em determinada zona ou município por ele determinada, fica provada a fraude em proporção comprometedora.
- c) Em caso de transferência de domicílio eleitoral para unidade da Federação diversa da originária, o número de inscrição do eleitor será alterado.
- d) Nenhum requerimento de inscrição eleitoral, transferência ou segunda via deve ser recebido dentro do prazo de cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

e) Os partidos têm legitimidade para requerer, por seus delegados, a exclusão de qualquer eleitor, não detendo legitimidade, entretanto, para assumir a defesa de eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.

**19 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) O delegado de um partido político, no exercício da fiscalização, constatou a existência de processo de exclusão injustificada de um eleitor e a inscrição ilegal de outro. Nesse caso, o partido**

a) não pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, nem assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida, podendo somente comunicar os fatos ao Ministério Público Eleitoral.

b) pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, mas não pode assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.

c) pode assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida, mas não pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente.

d) pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, bem como assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.

e) só pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, bem como assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida, se ambos tiverem sido candidatos a cargos eletivos por sua legenda.

**20 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Os dados pessoais do eleitor José da Silva (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone e endereço) poderão ser fornecidos**

a) a qualquer pessoa que justifique adequadamente o pedido.

b) ao seu credor, desde que justifique o pedido com demonstração da dívida e a inércia do devedor.

c) a entidades autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde que exista reciprocidade de interesses.

d) aos jornalistas em geral, desde que desenvolvam matéria relacionada à sua profissão.

e) aos parentes do eleitor, quando estiverem buscando o seu paradeiro.

**21 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Com base na Resolução TSE 21.538, analise as afirmativas a seguir:**

I. É facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.

II. O brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição.

III. Não se aplicará a pena ao não alistado que requerer sua inscrição eleitoral até o quinquagésimo dia anterior à eleição subsequente à data em que completar 19 anos.

**Assinale**

a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

**22 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) Confúcio, um jovem politicamente ativo em sua cidade, fez seu alistamento aos 16 anos, para expressar, por meio do voto, sua indignação acerca da atual administração municipal. Em 2012, ano em que as eleições se verificarão, ele, também por dever constitucional, está prestando o serviço militar obrigatório. No dia da eleição, portando seu título eleitoral, Confúcio encaminha-se para a sua seção eleitoral e é impedido pelo presidente da mesa de votar. Agiu o presidente de forma correta?**

- a) SIM
- b) NÃO

**23 (CESPE Órgão: TJ-PI Prova: Juiz/2012) Assinale a opção correta acerca do alistamento eleitoral e de procedimentos a ele correlatos.**

- a) No caso de transferência de domicílio eleitoral, será alterado o número de inscrição originário do eleitor.
- b) Os partidos políticos podem requerer, por seus delegados, a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente, sendo-lhes, contudo, vedada, por inexistência de interesse jurídico, a defesa de eleitor cuja exclusão seja promovida.
- c) Para o acompanhamento e exame dos procedimentos de alistamento, transferência, revisão e segunda via de título eleitoral, os partidos políticos podem manter, em cada zona eleitoral, até dois delegados, que poderão atuar simultaneamente.
- d) As revisões de eleitorado deverão ser presididas pelo corregedor regional eleitoral.
- e) Para efeito do processamento eletrônico do alistamento eleitoral, deverá ser consignada OPERAÇÃO 1 – ALISTAMENTO quando o alistando requerer inscrição e, em seu nome, for localizada uma única inscrição cancelada por determinação de autoridade judiciária (Fase 450).

**24 (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) De acordo com a Resolução no 21.538/03/TSE, num título eleitoral com a numeração 123456780613, o nono e o décimo algarismos (06) indicam**

- a) o número de série do título eleitoral.
- b) os dígitos verificadores.
- c) o código da idade do eleitor.
- d) a unidade da Federação de origem da inscrição.
- e) a Zona Eleitoral em que o eleitor está inscrito.

**25 (FCC Órgão: TRE-PR Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) Paulo é servidor público federal e foi removido para cidade de outro Estado da Federação. A transferência do domicílio eleitoral no prazo estabelecido pela legislação vigente só será admitida se Paulo**

- a) demonstrar o transcurso de, pelo menos, seis meses do alistamento ou da última transferência.
- b) estiver quite com a Justiça Eleitoral.
- c) declarar, sob as penas da lei, residência mínima de três meses no novo domicílio.
- d) demonstrar o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- e) provar residência mínima de seis meses no novo domicílio.

**26 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas (+ provas)**

**Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, analise.**

I. A transferência do eleitor só será admitida após, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.

II. A transferência só será admitida ao eleitor com residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

III. O disposto nas afirmativas I e II não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**27 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas/2012) Em relação ao acesso às informações constantes do cadastro do eleitor, com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, é INCORRETO afirmar que**

- a) as informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas.
- b) em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.
- c) o uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas.
- d) os tribunais e juízes eleitorais poderão autorizar o fornecimento a interessados, em qualquer hipótese, dos dados relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral.



**28 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Análise de Sistemas/2012) Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, em relação à hipótese de ilícito penal, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- a) Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, o processo deverá ser remetido, pela autoridade judiciária competente, à Polícia Federal para instauração de inquérito policial.
- b) Arquivado o inquérito ou julgada a ação penal, o juiz eleitoral comunicará, sendo o caso, a decisão tomada à autoridade judiciária que determinou sua instauração, com a finalidade de tornar possível a adoção de medidas cabíveis na esfera administrativa
- c) Não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na unidade regional do Departamento de Polícia Federal na localidade onde tiver jurisdição o juiz eleitoral a quem couber decisão a respeito.
- d) A espécie, no que lhe for aplicável, será regida pelas disposições do Código Eleitoral e, subsidiariamente, pelas normas do Código de Processo Penal.

**29 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, analise.**

- I. A transferência do eleitor só será admitida após, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- II. A transferência só será admitida ao eleitor com residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- III. O disposto nas afirmativas I e II não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

**Assinale**

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**30 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Em relação ao acesso às informações constantes do cadastro do eleitor, com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, é INCORRETO afirmar que**

- a) as informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas.
- b) em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.

c) o uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas.

d) os tribunais e juízes eleitorais poderão autorizar o fornecimento a interessados, em qualquer hipótese, dos dados relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral.

**31 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, em relação à hipótese de ilícito penal, assinale a afirmativa INCORRETA.**

a) Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, o processo deverá ser remetido, pela autoridade judiciária competente, à Polícia Federal para instauração de inquérito policial.

b) Arquivado o inquérito ou julgada a ação penal, o juiz eleitoral comunicará, sendo o caso, a decisão tomada à autoridade judiciária que determinou sua instauração, com a finalidade de tornar possível a adoção de medidas cabíveis na esfera administrativa.

c) Não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na unidade regional do Departamento de Polícia Federal na localidade onde tiver jurisdição o juiz eleitoral a quem couber decisão a respeito.

d) A espécie, no que lhe for aplicável, será regida pelas disposições do Código Eleitoral e, subsidiariamente, pelas normas do Código de Processo Penal.

**32 (CONSULPLAN Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) O conceito de domicílio eleitoral é**

a) igual ao conceito de domicílio do direito civil.

b) idêntico ao conceito de residência do direito civil.

c) o local onde o eleitor exerce sua profissão.

d) o lugar onde o eleitor possui moradia ou residência.

**33 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2012) Denúncia fundamentada de fraude no alistamento de um determinado município acarretou a realização de correção, tendo ficado provada a fraude em proporção comprometedora. Nesse caso, a revisão do eleitorado poderá ser ordenada pelo**

a) Ministério Público Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.

b) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.

c) Tribunal Superior Eleitoral, apenas.

d) Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Superior Eleitoral.

e) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Ministério Público Eleitoral.

**34 (FCC Órgão: TRE-CE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2012) NÃO é requisito para a transferência do eleitor,**

- a) o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- b) o recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.
- c) o parecer favorável do Ministério Público Eleitoral.
- d) a residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- e) a prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

**35 (CESPE Órgão: TJ-ES Prova: Juiz/2011) À luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito de direitos políticos e partidos políticos.**

- a) O reconhecimento da justa causa para transferência de partido político afasta a perda do mandato eletivo por infidelidade partidária e transfere ao novo partido do detentor do mandato o direito de sucessão à vaga.
- b) É válida a dispensa, por lei estadual que discipline os procedimentos necessários à realização das eleições para implementação da justiça de paz, de filiação partidária para os candidatos a juiz de paz.
- c) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato de determinado prefeito afasta a inelegibilidade prevista na CF para o cônjuge de prefeito.
- d) O domicílio eleitoral na respectiva circunscrição e a filiação partidária constituem condições de elegibilidade que podem ser disciplinadas por lei ordinária.
- e) Para a aplicação das condições de elegibilidade referentes à eleição indireta para governador e vice-governador de estado — realizada pela assembleia legislativa em caso de dupla vacância desses cargos executivos no último biênio do período de governo — previstas no art. 14 da CF, faz-se necessária expressa previsão em lei estadual.

**36 (CESPE Órgão: TJ-ES Prova: Juiz/2011) Acerca de alistamento eleitoral, transferência, delegados partidários perante o alistamento, cancelamento e exclusão de eleitor, revisão e correção eleitorais, assinale a opção correta.**

- a) Sempre que tiver conhecimento de alguma das causas do cancelamento da inscrição, o juiz eleitoral determinará de ofício a exclusão do eleitor, dispensando-se instauração de processo específico.
- b) Para que o TSE determine de ofício a revisão ou correção das zonas eleitorais, basta que o total de transferências de eleitores ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do ano anterior; ou que o eleitorado seja superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à de idade superior a setenta anos, do território do município; ou, ainda, que o eleitorado seja superior a 55% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o município.
- c) Para a transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência, não se exigem o transcurso de um ano do alistamento ou da última transferência nem a residência mínima de três meses no novo domicílio.

d) Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e oitenta dias anteriores à data da eleição, período considerado de suspensão do alistamento.

e) Aos delegados dos partidos políticos perante o alistamento é facultado promover a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente, mas não lhes é permitido assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.

**37 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003, considera-se batimento**

a) o confronto dos resultados dos votos contabilizados pelas urnas eletrônicas com o nome dos eleitores que estiverem constando das respectivas listas de votação.

b) o cruzamento de informações constantes do cadastro eleitoral com o objetivo de expurgar possíveis duplicidades ou pluralidade de inscrições eleitorais e identificar situações que exijam averiguação.

c) o cruzamento dos votos contabilizados pelas juntas eleitorais e totalizados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com os votos contabilizados pelas urnas eletrônicas.

d) o confronto dos resultados finais apurados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com a recontagem decorrente de pedido nesse sentido formulado junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

e) a coincidência entre os resultados finais de apuração de pleito eleitoral e os resultados finais decorrentes de recontagem ordenada por Tribunal Regional Eleitoral ou pelo Superior Tribunal Eleitoral.

**38 (FCC Órgão: TRE-PE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) No que concerne à transferência de eleitor, é correto afirmar que:**

a) do despacho que deferir o requerimento de transferência só cabe recurso do Ministério Público Eleitoral, no prazo de três dias.

b) só será admitida após o transcurso de, pelo menos, dois anos do alistamento ou da última transferência.

c) o despacho que indeferir o requerimento de transferência é irrecorrível.

d) exige residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

e) a prova de quitação com a Justiça Eleitoral não é requisito para requerimento de transferência.

**39 (PONTUA Órgão: TRE-SC Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) O Supremo Tribunal Federal decidiu em julgamento recente sobre a Lei “Ficha Limpa”:**

a) A sua inconstitucionalidade por afronta ao primado constitucional do Estado de Inocência.

b) Que a sua aplicação deve respeitar o princípio da anterioridade/anualidade previsto no artigo 16, da CF.

c) Que a lei que torna mais gravosa a situação dos candidatos só pode vigor para fatos ocorridos após a sua publicação.

d) Que as causas de inelegibilidade geram efeitos um ano após o trânsito em julgado da condenação.

**40 (ISAE Órgão: AL-AM Prova: Procurador/2011) No sistema eleitoral brasileiro não podem ser eleitores:**

- a) os maiores de dezoito anos.
- b) os analfabetos.
- c) os maiores de setenta anos.
- d) os conscritos.
- e) os naturalizados.

**41 (TJ-PR Órgão: TJ-PR Prova: Juiz/2011) Das assertivas abaixo, assinale a única CORRETA:**

- a) A ação de impugnação de mandato eletivo, prevista pelo artigo 14, §10º da Constituição, não possui lei regulamentadora mas, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, deve seguir o rito da Lei Complementar nº 64/90.
- b) Considera-se como domicílio eleitoral, que é determinado pelo registro de candidatura, apenas o lugar onde a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo.
- c) As pesquisas eleitorais, a partir de 1º de janeiro do ano das eleições, devem ser registradas na Justiça Eleitoral antes da divulgação de seus resultados e não podem ser publicadas nos quinze dias antes da eleição.
- d) É função dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral responder a consultas sobre situações concretas em relação às eleições.

**42 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003, a decisão das pluralidades de inscrições, agrupadas ou não pelo batimento, quando envolver inscrições efetuadas em zonas eleitorais de circunscrições diversas, caberá ao**

- a) Tribunal Regional Eleitoral.
- b) juiz da zona eleitoral onde foi efetuada a inscrição mais antiga.
- c) juiz da zona eleitoral onde foi efetuada a inscrição mais recente.
- d) Corregedor-Regional eleitoral.
- e) Corregedor-Geral eleitoral.

**43 (FCC Órgão: TRE-AP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) De acordo com a Resolução TSE no 21.538/2003, no que concerne à revisão do eleitorado, considere:**

- I. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral ordenar a revisão do eleitorado quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, após realizada correição e provada a fraude em proporção comprometedora.
- II. O Tribunal Superior Eleitoral determinará, de ofício, a revisão ou correição das zonas eleitorais sempre que o eleitorado for superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à idade superior a setenta anos do território daquele município.

III. A revisão do eleitorado deverá ser sempre presidida pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão, que dará início aos procedimentos revisionais no prazo máximo de 30 dias, contados da aprovação da revisão pelo tribunal competente.

**Está correto o que se afirma SOMENTE em**

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

**44 (MPE-MS Órgão: MPE-MS Prova: Promotor de Justiça/2011) Embora eleitores, não podem votar:**

- a) os eleitores analfabetos;
- b) Os oficiais, aspirantes a oficiais, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais;
- c) Os eleitores conscritos;
- d) Os estrangeiros naturalizados;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

**45 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) De acordo com a Resolução do TSE nº 21.538/2003, no título de eleitor, os dois últimos algarismos correspondem**

- a) à unidade da federação de origem da inscrição.
- b) à cidade a que pertence o título eleitoral.
- c) ao código da residência do titular.
- d) aos dígitos verificadores.
- e) ao código do Tribunal que autorizou a expedição.

**46 (FCC Órgão: TRE-TO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Resolução do TSE 21.538/2003, nas zonas eleitorais em que o total de transferência de eleitores ocorridas no ano em curso seja dez por cento superior ao do ano anterior, a determinação, de ofício, da revisão e correção dessas zonas eleitorais cabe ao**

- a) Juiz Eleitoral.
- b) Procurador-Geral Eleitoral.
- c) Procurador Regional Eleitoral.
- d) Tribunal Superior Eleitoral.
- e) Tribunal Regional Eleitoral.

**47 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário/2011) Analise as três situações hipotéticas a seguir:**

Situação 1: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais, encontrava-se na China a turismo, tendo retornado ao Brasil no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Situação 2: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais, encontrava-se na China a trabalho, tendo retornado ao Brasil no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Situação 3: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais e com domicílio eleitoral em Belém do Pará, encontrava-se em Santa Catarina, tendo retornado a Belém no dia 12 de novembro do mesmo ano.

**A respeito das situações acima, é correto afirmar que**

a) na situação 1, Maria tem 30 dias contados de seu retorno ao país para justificar sua falta por meio de requerimento dirigido ao Juiz Eleitoral de sua zona de inscrição, ao passo que, na situação 2, ela tem o prazo dilatado para 60 dias por estar ausente devido ao seu trabalho.

b) nas situações 1 e 2, Maria possui o prazo de 60 dias contados de seu retorno ao Brasil para justificar sua falta, uma vez que se encontrava no exterior, impossibilitada de cumprir com suas obrigações eleitorais.

c) na situação 3, por encontrar-se no país, Maria tem o prazo de 30 dias da data da eleição para justificar sua falta. Esse pedido pode ser formulado na zona eleitoral em que se encontrar o eleitor, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.

d) nas situações 1 e 2, o prazo para justificar sua falta é de 30 dias contados do seu retorno ao país. Já na situação 3, o prazo é de 60 dias após a realização da eleição, sendo que, no último caso, o pedido pode ser formulado na zona eleitoral em que se encontrar o eleitor, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.

e) nas três situações, Maria tem o prazo de 30 dias para justificar sua falta, sendo que, em relação à viagem à China, o prazo é contado da data de seu retorno ao país.

**48 (FGV Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário/2011) João da Silva, eleitor devidamente registrado, teve seus direitos políticos suspensos em virtude de improbidade administrativa e cumpriu integralmente a pena determinada pelo Poder Judiciário. Nos casos de perda ou suspensão dos direitos políticos, é correto afirmar que**

a) quando da suspensão, a autoridade judiciária responsável determina a inclusão de dados no sistema mediante comando de FASE. Entretanto, não se tratando de eleitor de sua zona eleitoral, o juiz eleitoral comunicará o fato diretamente à zona eleitoral a que pertencer a inscrição.

b) cessadas as causas da suspensão, a pessoa com restrições pode pleitear a regularização da sua situação eleitoral, preenchendo requerimento e instruindo o pedido com a Declaração de Situação de Direitos Políticos e documentação comprobatória de sua alegação, que, no caso descrito, pode ser a sentença judicial, certidão do juízo competente ou outro documento.

c) a legislação eleitoral determina que a outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, devidamente comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral, não importará suspensão desses mesmos direitos no Brasil.

d) os direitos políticos podem ser cassados no caso de cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado e recusa em cumprir obrigação a todos imposta.

e) quando se tratar de pessoa com inscrição cancelada no cadastro, o registro será feito diretamente na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos pelo juiz eleitoral da zona onde originalmente a pessoa estava cadastrada.

**49 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) No intuito de se alistar em domicílio diverso do verdadeiro, o eleitor alterou documento particular verdadeiro e o apresentou à Justiça Eleitoral. Considerando que tal fato seja descoberto posteriormente, sem que tenha ocorrido um dano efetivo ao processo eleitoral, em qualquer uma de suas fases, é correto dizer que**

a) não há fato típico eleitoral, uma vez que o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) só se consuma caso ocorra efetivo dano ao processo eleitoral.

b) está configurado o tipo previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral), uma vez que todos seus elementos, quais sejam alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, potencialidade de dano, finalidade eleitoral e dolo estão presentes.

c) não há fato típico eleitoral, uma vez que somente se configura o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) quando reste constatada a finalidade eleitoral, a qual não se configura com a tentativa de fraude no ato de alistamento.

d) está configurado o tipo previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral), uma vez que todos seus elementos, quais sejam alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, imitação da verdade, potencialidade de dano e dolo estão presentes, não sendo a finalidade eleitoral elemento do tipo, mas mera circunstância.

e) não há fato típico eleitoral, uma vez que somente se configura o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) quando o agente for candidato concorrente no pleito eleitoral, não se aplicando ao eleitor.

**50 (FCC Órgão: TRE-RN Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) O alistamento eleitoral é um requisito indispensável para o exercício do voto, consistindo no procedimento pelo qual o cidadão qualifica-se perante a Justiça Eleitoral e se insere como membro do eleitorado nacional. O alistamento pode ou deve ser realizado**

a) facultativamente para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, ainda que completem os dezesseis anos no ano em que se realizarem as eleições, desde que até a data do pleito.

b) facultativamente no caso dos conscritos e analfabetos.

c) ex officio, isto é, por impulso próprio do órgão estatal.

d) facultativamente no caso de pessoa portadora de deficiência, quando reste comprovado que o cumprimento das obrigações eleitorais relativas ao alistamento é impossível ou demasiadamente oneroso.

e) obrigatoriamente pelos que se encontrem fora do país.



**51 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) No caso de algum cidadão maior de dezoito anos ser privado temporária ou definitivamente dos direitos políticos, a autoridade responsável pela imputação da pena deve providenciar a comunicação do fato ao juiz eleitoral ou ao TRE da circunscrição em que o delito tenha sido praticado.**

- a) Certo
- b) Errado

**52 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) O Código Eleitoral prevê que, se o juiz tiver dúvida quanto à identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, deve indeferir o requerimento.**

- a) Certo
- b) Errado

**53 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com o Código Eleitoral, somente o eleitor pode retirar o seu título e o documento que instruiu o requerimento de alistamento junto ao cartório eleitoral.**

- a) Certo
- b) Errado

**54 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2011) Qualquer eleitor pode requerer a exclusão de outro eleitor em razão de este ter deixado de votar em três eleições consecutivas sem as devidas justificativas ou o pagamento de respectivas multas.**

- a) Certo
- b) Errado

**55 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2011) Julgue o item abaixo, acerca de transferência de domicílio eleitoral.**

**Na hipótese de transferência de domicílio eleitoral, o eleitor permanece com o número originário da inscrição, devendo ser, obrigatoriamente, consignada, em campo próprio, a sigla da unidade da Federação anterior.**

- a) Certo
- b) Errado

**56 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) Eleitor cujo título tenha sido dilacerado deve apresentá-lo junto ao requerimento de expedição de segunda via.**

- a) Certo
- b) Errado

**57 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) Ao requerer a transferência do título eleitoral, o eleitor deve entregar ao servidor do cartório somente o título eleitoral.**

- a) Certo
- b) Errado

**58 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) É obrigatório que o requerimento de alistamento eleitoral (RAE) seja preenchido ou digitado na presença do requerente, podendo ser impresso em sua ausência.**

- a) Certo
- b) Errado

**59 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) Após submeter o pedido a despacho do juiz eleitoral, o servidor deve providenciar o preenchimento ou a digitação, no sistema, dos espaços que lhe são reservados no RAE.**

- a) Certo
- b) Errado

**60 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) O brasileiro nato, não alistado, que requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo quinquagésimo primeiro dia anterior à eleição subsequente à data em que completar dezenove anos fica isento de multa.**

- a) Certo
- b) Errado

**61 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) A prova de residência mínima de três meses no novo domicílio para fim de transferência do eleitor consiste em declaração, sob as penas da lei, do próprio interessado.**

- a) Certo
- b) Errado

**62 (CESPE Órgão: TRE-ES Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) Para fim de transferência do título eleitoral, a esposa de um servidor público autárquico removido ou transferido não está sujeita à exigência de transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência nem à de residência mínima de três meses no novo domicílio.**

- a) Certo
- b) Errado

**63 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) A respeito do alistamento eleitoral, considere:**

- I. Os estrangeiros.
- II. Os maiores de setenta anos.
- III. Os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- IV. Os maiores de 14 e menores de 16 anos.

**Podem alistar-se como eleitores os indicados APENAS nos itens**

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

**64 (FCC Órgão: TRE-AC Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) São eleitores regularmente inscritos: João, que é analfabeto; José, que está com os seus direitos políticos suspensos; Pedro, que perdeu seus direitos políticos; e Paulo, que deixou de votar nos últimos dois pleitos eleitorais consecutivos. Tendo conhecimento de tais fatos, o Juiz Eleitoral deverá mandar processar a exclusão para fins de cancelamento da inscrição somente de**

- a) João e José.
- b) Pedro e Paulo.
- c) José e Paulo.
- d) José e Pedro.
- e) João e Pedro.

**65 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) A respeito do alistamento e do título eleitoral, considere:**

- I. A certidão de nascimento ou casamento extraída do Registro Civil não é documento hábil para fins de alistamento.
- II. O título eleitoral prova, a qualquer tempo, a quitação do eleitor para com a Justiça Eleitoral.
- III. Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data de emissão do título será a de preenchimento do requerimento.

**Está correto o que se afirma SOMENTE em**

- a) III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

**66 (FCC Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) NÃO se inclui dentre as exigências para que seja admitida a transferência do eleitor:**

- a) Recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.
- b) Concordância expressa do partido político em cujos candidatos costuma votar.

- c) Transcurso de pelo menos um ano do alistamento ou da última transferência.
- d) Residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada sob as penas da lei, pelo próprio candidato.
- e) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

**67 (FCC Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2010) O alistamento eleitoral NÃO é**

- a) obrigatório para os maiores de dezoito anos.
- b) facultativo para os naturalizados.
- c) facultativo para os analfabetos.
- d) facultativo para os maiores de setenta anos.
- e) facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

**68 (CESPE Órgão: DPU Prova: Defensor Público/2010) Aquele cuja inscrição como eleitor foi deferida por juiz eleitoral tem o direito de juntar novos documentos em sua manifestação sobre o apelo interposto por delegado partidário. Nesse caso, o recorrente pode pedir vista dos documentos, por 48 horas, para se manifestar sobre eles.**

- a) Certo
- b) Errado

**69 (TJ-PR Órgão: TJ-PR Prova: Juiz/2009) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Quando o Juiz Eleitoral descumprir as disposições da Lei Federal n. 9.504/97 ou dá causa ao seu descumprimento, inclusive quanto aos prazos processuais, o candidato, o partido ou a coligação deverão representar ao Tribunal Regional Eleitoral que, ouvido o representado em 24 (vinte e quatro) horas, ordenará a observância do procedimento que explicitar, sob pena de incorrer o Juiz em desobediência.
- b) De acordo com o previsto no artigo 262 do Código Eleitoral (Lei Federal n. 4.737/65), somente caberá recurso contra a expedição de diploma nos casos de: inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato; errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional; e erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda.
- c) Estão desobrigados do alistamento eleitoral os brasileiros de um e outro sexo: inválidos, portadores de deficiência cuja natureza e situação impossibilitem ou tornem extremamente oneroso o exercício de suas obrigações eleitorais, maiores de 70 (setenta) anos e os que se encontrarem fora do País.
- d) A ação de impugnação de mandato eletivo, que tramita em segredo de justiça, deverá ser apresentada perante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 (quinze) dias contados da diplomação, já devidamente instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

**70 (FCC Órgão: TRE-AL Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os**

- a) maiores de dezoito anos.
- b) funcionários da Justiça Eleitoral.
- c) candidatos a cargos eletivos nas eleições majoritárias.
- d) candidatos a cargos eletivos nas eleições proporcionais.
- e) analfabetos.

**71 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2010) João completou 18 anos de idade; Juan é brasileiro naturalizado; Pedro tem 15 anos de idade e completará 16 anos na data do pleito; Paulo era analfabeto, mas deixou de sê-lo; e Manuel é português e está trabalhando numa empresa no Brasil. É facultativo o alistamento eleitoral de**

- a) Juan e Paulo.
- b) Juan e Manuel.
- c) Juan e Pedro.
- d) Paulo.
- e) Pedro.

**72 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário – Biblioteconomia/2010) A respeito do alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que**

- a) o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- b) é facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.
- c) o brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- d) o alistamento eleitoral do analfabeto é facultativo.
- e) do despacho que deferir o requerimento de alistamento eleitoral não cabe recurso.

**73 (FCC Órgão: TRE-AM Prova: Analista Judiciário - Tecnologia da Informação/2010) A respeito do alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que**

- a) o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- b) é facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.
- c) o brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- d) o alistamento eleitoral do analfabeto é facultativo.

e) do despacho que deferir o requerimento de alistamento eleitoral não cabe recurso.

**74 (CESPE Órgão: MS Prova: Analista Técnico – Administrativo/2010) É vedado aos recrutados para o serviço militar obrigatório alistarem-se como eleitores.**

- a) Certo
- b) Errado

**75 (CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário – Taquigrafia/2010) O requerimento de inscrição solicitado pelo alistando, quando a única inscrição localizada em seu nome tiver sido cancelada por determinação de autoridade judiciária, também será considerado operação de alistamento.**

- a) Certo
- b) Errado

**76 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2010) Acerca das regras estabelecidas na Lei n.º 4.737/1965 quanto ao domicílio e à transferência de domicílio, assinale a opção correta.**

- a) A transferência de domicílio eleitoral do servidor público civil ou militar não é admitida se não tiver transcorrido o prazo mínimo da inscrição primitiva, exigindo-se também prazo mínimo de residência comprovada no novo município.
- b) Nos termos estabelecidos na referida lei, o requerimento de transferência deve ser publicado na imprensa oficial na capital e no cartório das demais localidades.
- c) Quando declarada, na petição de transferência, a perda do título anterior, competirá ao juiz do novo domicílio determinar o cancelamento do título anterior, não competindo ao juiz de onde o requerente se encontrava inscrito prestar qualquer informação quanto à veracidade do fato, devendo prestar informação apenas quanto às obrigações eleitorais do eleitor.
- d) Como a lei brasileira admite a pluralidade de domicílio, também admite a pluralidade de inscrição, desde que o eleitor não seja candidato em mais de um domicílio.
- e) Compete ao juiz do novo domicílio comunicar ao TRE a que estiver subordinado a transferência do domicílio do eleitor.

**77 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) Um jovem com menos de 18 anos de idade no ano da eleição**

- a) somente pode alistar-se após completar 16 anos de idade.
- b) pode alistar-se no ano em que completa 16 anos de idade, mas somente tem direito ao voto se fizer aniversário até o dia da eleição.
- c) deve completar 16 anos de idade no ano anterior à eleição para poder votar.
- d) somente pode votar se completar 16 anos de idade até a data final do alistamento eleitoral.

e) deve comprovar que completa 16 anos de idade até 31 de dezembro do ano da eleição para poder votar.

**78 (CESPE Órgão: TRE-MT Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010) A respeito do título eleitoral, da sua forma e do seu conteúdo, além de outros aspectos legais a ele pertinentes, nos termos como determina a legislação e, em especial, a Resolução n.º 21.538/2003, do TSE, é correto afirmar que**

a) a emissão do título eleitoral deve ser realizada por escrivão autorizado, que utilize modelo impresso.

b) o título eleitoral deve ser emitido obrigatoriamente por computador.

c) deve constar, no título eleitoral, sempre a fotografia do eleitor.

d) a data de emissão do título eleitoral será aquela da primeira emissão, ainda que o eleitor solicite segunda via.

e) o processo de alistamento é ininterrupto, e os requerimentos de transferência são recebidos a qualquer tempo.

**79 (VUNESP Órgão: TJ-MT Prova: Juiz/2009) Leia as seguintes afirmações.**

I. O requerimento de inscrição eleitoral é submetido ao juiz, que pode deferir o pedido, indeferi-lo ou ainda converter o julgamento em diligência. Em caso de indeferimento, cabe recurso interposto pelo alistando, no prazo de 10 (dez) dias.

II. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

III. Os oficiais de Registro Civil devem enviar ao juiz eleitoral da zona em que oficiarem, até o dia 10 de cada mês, comunicação dos óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior, para cancelamento das inscrições.

IV. O menor que completar 16 (dezesseis) anos de idade até a data da eleição pode se habilitar como eleitor, no prazo de requerimento de inscrição eleitoral ou transferência. No entanto, seu título somente surtirá efeitos quando completar a idade de 16 (dezesseis) anos.

**Estão corretas somente as assertivas**

a) I e II.

b) II e III.

c) II e IV.

d) III e IV.

e) I e IV.

**80 (MS CONCURSOS Órgão: TRE-SC Prova: Técnico Judiciário/2009) Sobre o alistamento eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:**

a) É facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

b) É obrigatório para os maiores de dezoito anos.

c) Não podem alistar-se os estrangeiros e os militares.

d) É facultativo para os analfabetos e os maiores de setenta anos.

**81 Sobre as sanções aplicáveis em razão de inadimplemento ao dever de alistamento ou de voto, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até sessenta dias após a realização da eleição incorrerá em multa, à exceção daqueles em que o voto é facultativo.
- b) O brasileiro nato que não se alistar até os dezenove anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa.
- c) O eleitor obrigado, sem a prova de que se alistou ou votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá, dentre outras restrições, inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles, participar de concorrência pública, obter passaporte e renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.
- d) Realizado o alistamento eleitoral pelo processo eletrônico de dados, será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em quatro eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo legal.

**82 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2009) A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que**

- a) é facultativo o alistamento do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive, no ano em que se realizarem eleições.
- b) o brasileiro nato deve alistar-se até seis meses após a data em que completar 18 anos de idade.
- c) o brasileiro naturalizado deve alistar-se até três meses depois de adquirida a cidadania brasileira.
- d) o certificado de quitação do serviço militar é documento obrigatório para o alistamento de maiores de 16 e menores de 18 anos, do sexo masculino.
- e) caberá recurso interposto por qualquer delegado de partido, no prazo de 15 dias contados da publicação da listagem, do despacho que indeferir o requerimento de inscrição.

**83 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2009) O cancelamento e a exclusão de eleitores**

- a) por pluralidade de inscrição se processarão de forma sumária, não estando sujeitos a contestação, nem a dilação probatória.
- b) dependerão de requerimento de delegado de partido, não podendo ser promovidos ex officio.
- c) dependerão de decisão do Juiz Eleitoral, da qual caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 3 dias.
- d) terão efeito retroativo à data de instauração do processo, impedindo o eleitor de votar validamente durante a respectiva tramitação.
- e) não poderão ter como causa a suspensão, mas apenas a perda dos direitos políticos.



**84 (FCC Órgão: TRE-PI Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) O eleitor que tiver perdido o título eleitoral**

- a) somente poderá votar no Cartório Eleitoral correspondente ao seu domicílio.
- b) não poderá votar.
- c) poderá votar em qualquer Seção da circunscrição eleitoral.
- d) somente poderá votar no Tribunal Regional Eleitoral.
- e) será admitido a votar, desde que seja inscrito na Seção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação.

**85 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Ao alistar-se como eleitor, o cidadão deve cumprir requisitos legais e regulamentares exigidos pelo TSE. A esse respeito, assinale a opção correta.**

- a) Para que um cidadão do sexo masculino, maior de 18 anos de idade, casado, possa se alistar como eleitor, é suficiente a identificação mediante certidão de casamento extraída do registro civil.
- b) A duplicidade de alistamento eleitoral importa irregularidade civil punida com multa.
- c) Em caso de irregularidade no alistamento, qualquer eleitor é parte legítima para requerer ao juiz eleitoral a abertura de investigação.
- d) Em caso de duplicidade, a competência para julgamento de ilícito penal é do juiz eleitoral do lugar onde ocorreu a primeira inscrição.
- e) As inscrições canceladas devem ser excluídas do cadastro antes da eleição subsequente.

**86 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Raimundo, servidor público estadual removido para a capital do estado, é eleitor alistado em cidade do interior. Ao requerer a transferência do título, Raimundo deve**

- a) comprovar o alistamento eleitoral primário, realizado na cidade do interior há mais de um ano.
- b) pedir novo alistamento, até seis meses antes da eleição subsequente.
- c) apresentar ao cartório eleitoral o título e a prova de quitação eleitoral.
- d) comprovar a residência no novo domicílio por pelo menos três meses.
- e) apresentar termo de autorização expressa do superior hierárquico na administração pública.

**87 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) No que concerne às informações que constam do cadastro dos eleitores na justiça eleitoral, assinale a opção correta.**

- a) As informações do cadastro eleitoral são reservadas, acessíveis aos juízes eleitorais ou ao interessado, mediante decisão judicial fundamentada.
- b) O eleitor quite com a justiça eleitoral pode requerer certidão de quitação em sua zona eleitoral, sendo vedada sua expedição em zona eleitoral diversa.
- c) Ao juiz eleitoral é defeso fornecer informações do cadastro senão ao próprio eleitor.
- d) A divulgação de estatísticas do eleitorado é admitida, desde que estejam disponíveis em meio magnético.
- e) Informações de caráter pessoal dos eleitores somente são disponíveis aos partidos políticos.

**88 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Josué teve os seus direitos políticos suspensos mediante decisão judicial. Posteriormente, sua condição foi alterada e ele pretendeu novo alistamento eleitoral.**

**Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.**

- a) A regularização da situação de Josué deve ser procedida, de ofício, pelo órgão judicial que decretou a perda.
- b) Caso se tratasse de perda de direitos políticos, e não de suspensão, competiria ao juiz eleitoral comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos do eleitor.
- c) Cabe ao Ministério da Justiça comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos de Josué.
- d) A sentença judicial presta-se para comprovar o restabelecimento dos direitos políticos de Josué.
- e) Caso Josué tivesse se recusado a prestar o serviço militar obrigatório, então seria vedada a requalificação de seus direitos políticos.

**89 (CESPE Órgão: TRE-MA Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Em face do princípio constitucional da obrigatoriedade do voto, o TSE disciplina, em resolução, a justificação do não comparecimento à eleição. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.**

- a) A cobrança de multa deve levar em conta a condição econômica do eleitor, de forma que o pagamento pode ser dispensado aos comprovadamente pobres.
- b) O eleitor que se encontra no exterior é isento de penalidade.
- c) O pedido de justificação de não votação é feito perante o TRE.
- d) A inscrição de eleitor que se abster de votar, sem justificação, em duas eleições subsequentes deve ser cancelada.
- e) A justificação de não votação não é exigida de portador de necessidade especial.

**90 (CESPE Órgão: MPE-RN Prova: Promotor de Justiça/2009) No Brasil, o alistamento e o voto são obrigatórios nos termos constitucionais. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.**

- a) O eleitor que não votar em duas eleições consecutivas terá cancelada a sua inscrição.
- b) O óbito do eleitor deve ser comunicado à justiça eleitoral pelos herdeiros necessários.
- c) A pluralidade de inscrições eleitorais é resolvida mediante o cancelamento de ofício das inscrições mais antigas.
- d) Qualquer eleitor tem legitimidade para requerer da justiça eleitoral a exclusão de eleitor que tiver suspensos os direitos políticos.
- e) Eleitor objeto de processo por alistamento fraudulento tem a sua inscrição suspensa cautelarmente.

**91 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) No que se refere ao alistamento e aos serviços eleitorais, assinale a opção correta.**

- a) É facultado o alistamento, no ano anterior àquele em que se realizarem as eleições, do menor que completar 16 anos de idade até seis meses antes da data do pleito.
- b) Identificada situação em que um mesmo eleitor tenha duas ou mais inscrições regulares, é facultado ao eleitor manifestar-se sobre a inscrição de sua preferência, devendo as outras ser canceladas pela autoridade judiciária.
- c) As informações constantes do cadastro eleitoral são acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos do que estabelece resolução do TSE, ressalvadas as informações de caráter personalizado.
- d) Detectada a duplicidade de inscrições eleitorais, o juiz eleitoral deverá determinar a regularização ou a suspensão da inscrição, independentemente de ela pertencer, ou não, à sua jurisdição.

**92 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Considerando as normas atinentes ao título e ao cadastro eleitoral, assinale a opção correta.**

- a) Havendo inutilização ou dilaceração do título eleitoral, o eleitor deverá requerer pessoalmente ao juiz de seu domicílio eleitoral que lhe expeça segunda via, mas, no caso de perda ou extravio do título, o requerimento dar-se-á por meio de ação judicial e, não, administrativa.
- b) Como regra, e em atenção ao princípio da publicidade, os juízes e os tribunais estão autorizados a fornecer dados do cadastro de eleitores, pertencentes ou não à sua jurisdição.
- c) Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data da emissão do título será a de preenchimento do requerimento.
- d) Caso tenha sido removido ou transferido de seu local de trabalho, o servidor público civil ou militar pode obter a transferência de domicílio eleitoral independentemente da prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

**93 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2009) Quanto à restrição de direitos políticos e ao comparecimento às eleições, assinale a opção correta.**

- a) O eleitor que deixar de votar, por se encontrar no exterior na data do pleito, deverá justificar-se perante o juiz eleitoral em até 60 dias após a realização da eleição.

- b) A regularização da situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante comprovação de haver cessado o seu impedimento.
- c) O eleitor, mesmo que esteja quite com suas obrigações eleitorais, só poderá requerer a expedição de certidão de quitação na zona eleitoral em que é inscrito.
- d) Não se admite, no Brasil, a perda dos direitos políticos, mas tão-somente a sua suspensão.

**94 (CESPE Órgão: TRE-GO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária) Acerca dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.**

I A suspensão ou perda dos direitos políticos implica o cancelamento da inscrição do indivíduo como eleitor.

II O alistamento eleitoral é obrigatório para os brasileiros maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

III O militar em serviço ativo é inelegível, razão pela qual só pode ser candidato se se afastar em definitivo da atividade.

IV Como instrumentos da democracia direta, o plebiscito e o referendo podem ser realizados tanto mediante autorização do Congresso Nacional quanto por iniciativa popular. Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

**95 (CONSULPLAN Órgão: TRE-RS Prova: Técnico Administrativo/2008) Marque a alternativa INCORRETA:**

a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos.

b) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil a lei que alterar o processo eleitoral só poderá entrar em vigor após um ano de sua publicação.

c) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

d)- Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

e) - são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

**96 (FGV Órgão: TJ-MS Prova: Juiz/2009) O domicílio eleitoral:**

a) subsume-se ao local em que a pessoa tenha vínculos sociais e empresariais.

b) deve ser analisado de forma restritiva para evitar fraudes.

c) é conceito que se identifica com o de domicílio civil.

d) requer prova, a despeito de declaração escrita do eleitor.

e) no caso de funcionário público é obrigatoriamente o seu domicílio legal ou de lotação.

**97 (FGV Órgão: TJ-AP Prova: Juiz/2008) Das assertivas abaixo, assinale a incorreta.**

- a) A prova do domicílio eleitoral mediante conta de qualquer serviço público prestado ao requerente deve ser do lapso temporal entre 12 e 3 meses anterior ao início do processo de transferência para o novo local.
- b) O juiz, na dúvida sobre a veracidade das informações, poderá diligenciar, in loco, a comprovação do domicílio eleitoral do interessado.
- c) O conceito de domicílio eleitoral não necessita de especial caracterização por se confundir com o de domicílio civil.
- d) Não é requisito indispensável ao requerimento para inscrição do eleitor a prova documental do domicílio eleitoral.
- e) O estado de filiação com eleitor e a existência de propriedade imobiliária na localidade são elementos suficientes para deferir requerimento de alistamento feito em tempo oportuno.

**98 (FGV Órgão: TJ-AP Prova: Juiz/2008) A identificação do eleitor:**

- a) deve ser feita tão-somente por meio do título.
- b) pode ser feita pela exibição de documento com foto, desde que acompanhado de fotocópia do título.
- c) em nenhuma hipótese prescinde de estarem os dados do votante no caderno de votação.
- d) pode ser feita por meio da certidão de nascimento ou de casamento.
- e) em nenhuma hipótese prescinde de estarem os dados do votante no cadastro de eleitores da seção, mesmo que esteja portando o título.

**99 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2007) A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que**

- a) o local de votação é escolhido pelo juiz, não podendo o requerente manifestar sua preferência entre os estabelecidos para a zona eleitoral.
- b) o menor que completar 16 anos até a data do pleito não poderá alistar-se no ano em que se realizarem eleições.
- c) o brasileiro naturalizado pode alistar-se até dois anos depois de adquirida a nacionalidade brasileira.
- d) a prova da nacionalidade brasileira só pode ser feita por certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil.
- e) a apresentação de certificado de quitação do serviço militar é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

**100 (FCC Órgão: TRE-SE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) O alistamento eleitoral é**

- a) obrigatório para os estrangeiros naturalizados brasileiros e facultativo para os analfabetos e para os maiores de 70 anos.
- b) facultativo para os estrangeiros naturalizados brasileiros e para os analfabetos e obrigatório para os maiores de 70 anos.
- c) obrigatório para os analfabetos e maiores de 70 anos e facultativo para os estrangeiros naturalizados brasileiros.
- d) facultativo para os analfabetos, para os estrangeiros naturalizados brasileiros e para os maiores de 70 anos.
- e) facultativo para os analfabetos e obrigatório para os estrangeiros naturalizados brasileiros e maiores de 70 anos.

**101 A respeito do alistamento eleitoral é INCORRETO afirmar que**

- a) as certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.
- b) o alistamento de cegos somente poderá ser feito na presença do Juiz Eleitoral, que verificará se o eleitor é cego e se conhece o "Sistema Braille", sendo que atestará que a folha individual de votação e vias do título foram subscritas pelo próprio.
- c) o empregado, mediante comunicação de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, afim de alistar-se eleitor ou requerer transferência.
- d) os cegos alfabetizados pelo "Sistema Braille" que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.
- e) se, no alistamento realizado através do "Sistema Braille", o número de eleitores não alcançar o mínimo exigido, este se completará com a inclusão de outros, ainda que não sejam cegos.

**102 (FCC Órgão: TRE-PB Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) A respeito do alistamento, é INCORRETO afirmar que**

- a) do despacho que deferir o requerimento de inscrição caberá recurso por parte de qualquer delegado de partido.
- b) a restituição de qualquer documento não poderá ser feita antes de despacho do pedido de alistamento pelo Juiz Eleitoral.
- c) do despacho que indeferir o requerimento de inscrição caberá recurso interposto pelo alistando.
- d) a entrega do título far-se-á ao próprio eleitor, mediante comprovante de recolhimento da taxa de 1/4 do salário mínimo em estabelecimento bancário oficial.

e) é obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor após a expedição do seu título.

**103 (FCC Órgão: TRE-PB Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Do despacho do Juiz Eleitoral que indeferir o requerimento de inscrição**

- a) caberá recurso pelo partido que requereu a inscrição do eleitor.
- b) não caberá recurso.
- c) caberá recurso interposto por qualquer delegado de partido.
- d) caberá recurso pelo partido político a que pertenceria o alistando.
- e) caberá recurso interposto pelo alistando.

**104 (FCC Órgão: TRE-MS Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa) A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que**

- a) o local de votação é escolhido pelo juiz, não podendo o requerente manifestar sua preferência entre os estabelecidos para a zona eleitoral.
- b) o menor que completar 16 anos até a data do pleito não poderá alistar-se no ano em que se realizarem eleições.
- c) o brasileiro naturalizado pode alistar-se até dois anos após adquirida a nacionalidade brasileira.
- d) a prova da nacionalidade brasileira só pode ser feita por certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil.
- e) a apresentação de certificado de quitação do serviço militar é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

**105 (CESPE Órgão: TRE-PA Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2007) O TSE fixou como último dia para requerimento de alistamento, transferência e revisão de eleitores a data de 23 de julho, para o referendo popular a ser realizado em 23 de outubro de 2005, por força da Lei n.º 10.828/2003. Liliane nasceu em 10 de outubro de 1989, portanto, completou 16 anos de idade em 10 de outubro de 2005. Em face das condições acima descritas e considerando os comandos constitucionais e legais aplicáveis à matéria, assinale a opção correta.**

- a) Liliane não poderia votar no referendo de 23 de outubro, porque, embora completasse 16 anos de idade até a data do pleito, ainda não teria completado 16 anos de idade até o encerramento do prazo fixado para requerimento de inscrição eleitoral ou transferência e, dessa forma, estaria impedida de formular o requerimento.
- b) Liliane poderia votar no referendo de 23 de outubro, desde que houvesse solicitado alistamento como eleitora até o encerramento do prazo fixado para requerimento de inscrição eleitoral ou transferência, embora ainda não tivesse completado 16 anos de idade.
- c) Liliane não poderia votar no referendo de 23 de outubro, porque, embora completasse 16 anos de idade até a data do pleito e exista norma que possibilite o requerimento e a emissão do título de eleitor quando se tratar de ano eleitoral, a norma seria inaplicável porque referendo não pode ser considerado eleição.

d) Liliane poderia votar no referendo de 23 de outubro, desde que houvesse solicitado alistamento como eleitora até o dia seguinte à data em que completasse 16 anos de idade, uma vez que somente com essa idade ela se tornaria relativamente capaz, e, para tanto, deveria ser assistida pelos pais ou por responsável legal.

e) Liliane poderia votar em 23 de outubro, desde que obtivesse o título de eleitor, que teria plena validade desde a data de emissão.

**106 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Assinale a opção correta quanto às normas atinentes ao título eleitoral disciplinadas na Resolução do TSE n.º 21.538/2003.**

a) O título eleitoral deve ter as dimensões de 10 cm × 5 cm e ser impresso nas cores preto, verde e azul, em frente e verso.

b) O título eleitoral pode ser emitido por computador ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que conste o nome do eleitor, sua data de nascimento e a seção eleitoral onde vota.

c) O servidor da justiça eleitoral pode entregar o título eleitoral diretamente ao eleitor ou a qualquer parente consanguíneo ou afim até o segundo grau.

d) Até a data de sua emissão, o título eleitoral faz prova de quitação do eleitor para com a justiça eleitoral.

**107 ((CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2006) Proferida decisão acerca de pluralidade de inscrição eleitoral, verificou-se que duas inscrições foram atribuídas a Fernando, eleitor do estado de Goiás. Com base na situação apresentada e nas normas da Resolução do TSE n.º 21.538/2003, assinale a opção incorreta.**

a) Se o Ministério Público considerar que houve indício de ilícito penal eleitoral, por parte de Fernando, deverá remeter os autos à Polícia Civil do Estado de Goiás.

b) Não sendo apurada a ocorrência de ilícito penal eleitoral, os autos deverão ser arquivados na zona eleitoral onde Fernando encontra-se regularmente inscrito.

c) O servidor da justiça eleitoral envolvido em caso de inscrição irregular será, juntamente com o eleitor, responsabilizado civil, penal e administrativamente, conforme o caso.

d) Tendo tomado conhecimento de alistamento eleitoral irregular, qualquer eleitor poderá dirigir-se formalmente ao juiz eleitoral competente, noticiar o fato e indicar as provas.

**108 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Tenório requereu, em janeiro de 2006, a transferência de seu domicílio eleitoral de Brasília - DF para João Pessoa - PB. Em 28 de novembro de 2006, requereu novamente a transferência de seu domicílio eleitoral, agora para Florianópolis - SC, município onde reside desde setembro de 2006. Com referência à Resolução do TSE n.º 21.538/03 e à situação hipotética descrita acima, assinale a opção incorreta.**

a) A transferência do domicílio de Tenório para Florianópolis - SC não será deferida, em virtude de ter transcorrido menos de 1 ano da última transferência.

b) Tenório não terá êxito na transferência de seu domicílio eleitoral se solicitá-la dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição.



c) É requisito para qualquer pedido de transferência de domicílio eleitoral prova de quitação com a justiça eleitoral.

d) Os requisitos para transferência de domicílio eleitoral são os mesmos para todo cidadão brasileiro.

**109 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2006) Em certo domingo de eleição, Hilário se encontrava na África. No ano seguinte, retornou ao Brasil no dia 20 de janeiro e até o dia 3 de julho ainda não havia apresentado justificção do não-comparecimento à eleição.**

**Tomando como motivação inicial a situação apresentada, assinale a opção correta acerca das disposições da Resolução do TSE n.º 21.538/2003.**

a) Hilário deveria ter apresentado a justificção do nãocomparecimento à eleição até o dia 19 de fevereiro do ano em que retornou ao Brasil.

b) Eventual pedido de Hilário, de justificção do nãocomparecimento à eleição, deverá ser endereçado ao presidente do TSE.

c) O indeferimento do pedido de justificção de Hilário é passível de recurso e, nesse caso, a justiça eleitoral não poderá aplicar qualquer penalidade ao eleitor faltoso.

d) Será cancelada a inscrição de Hilário se ele se abster de votar em duas eleições consecutivas sem apresentar justificativa nos termos da lei.

**110 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) José, com 43 anos de idade, nunca havia freqüentado uma escola, não sabendo ler nem escrever. Em outubro de 2006, matriculou-se em uma escola pública. José mora no Distrito Federal com seus dois filhos: Luiz, que completará 18 anos em fevereiro de 2007, e Flávia, que completará 16 anos no mesmo dia em que se realizará o primeiro turno das eleições de 2010.**

**Acerca dessa situação hipotética e da Resolução n.º 21.538/2003, assinale a opção incorreta.**

a) O alistamento eleitoral de Flávia será facultativo, quanto ao pleito de 2010.

b) Se Luiz requerer seu alistamento eleitoral até o centésimo quinquagésimo primeiro dia anterior às eleições de 2010, não pagará multa.

c) Se Flávia requerer seu alistamento eleitoral em 2010, o seu título somente surtirá seus efeitos quando ela completar 16 anos e ela poderá votar nas eleições de 2010.

d) Se José, por seus estudos, deixar de ser analfabeto, deverá requerer seu alistamento eleitoral, no prazo máximo de 1 ano, sob pena de pagamento de multa.

**111 (CESPE Órgão: TSE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa) Edna, filha de tenente do Exército, mudou-se de Brasília - DF para Salvador - BA em razão da remoção de seu pai e, por isso, procurou a justiça eleitoral para providenciar a alteração de seu domicílio eleitoral. A respeito dessa situação e das normas da Resolução do TSE n.º 21.538/2003, assinale a opção correta.**

a) Ao requerer a alteração de seu domicílio eleitoral, Edna deverá comprovar residência por, no mínimo, três meses em Salvador.

b) Se Edna não comprovar a quitação com a justiça eleitoral, o juiz eleitoral em Salvador arbitrará o valor de multa a ser paga.

c) Aos partidos políticos é vedado o exame dos documentos relativos aos pedidos de transferência de eleitores.

d) Ao promover a alteração do domicílio eleitoral de Edna, o servidor da justiça eleitoral consignará no registro próprio a operação 5 - revisão.

**112 (CESPE Órgão: TSE Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2007) Tenório requereu, em janeiro de 2006, a transferência de seu domicílio eleitoral de Brasília - DF para João Pessoa - PB. Em 28 de novembro de 2006, requereu novamente a transferência de seu domicílio eleitoral, agora para Florianópolis - SC, município onde reside desde setembro de 2006.**

**Com referência à Resolução do TSE n.º 21.538/03 e à situação hipotética descrita acima, assinale a opção incorreta.**

a) A transferência do domicílio de Tenório para Florianópolis - SC não será deferida, em virtude de ter transcorrido menos de 1 ano da última transferência.

b) Tenório não terá êxito na transferência de seu domicílio eleitoral se solicitá-la dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição.

c) É requisito para qualquer pedido de transferência de domicílio eleitoral prova de quitação com a justiça eleitoral.

d) Os requisitos para transferência de domicílio eleitoral são os mesmos para todo cidadão brasileiro.

**113 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2006) O analfabeto**

a) pode ser eleito para as Assembleias Legislativas.

b) pode ser eleito para a Câmara dos Deputados.

c) só pode alistar-se se souber ao menos assinar o nome.

d) pode ser eleito Prefeito Municipal

e) é inelegível para qualquer cargo eletivo.

**114 (FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa/2006) Tício é brasileiro naturalizado, alfabetizado e tem 40 anos de idade. Paulus é brasileiro nato, tem 18 anos de idade, mas é analfabeto. Petrus é brasileiro nato, alfabetizado e tem 72 anos de idade. O alistamento eleitoral e o voto são**

a) obrigatórios para Tício e facultativos para Paulus e Petrus.

b) facultativos para Tício e Paulus e obrigatórios para Petrus.

c) facultativos para Tício e Petrus e obrigatórios para Paulus.

d) obrigatórios para Tício, Paulus e Petrus.

e) facultativos para Tício, Paulus e Petrus